

CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 6 | ABRIL/2019



ANO 2 | Nº 6 | ABRIL/2019

CONJUNTURA **CNseg**

Dados Susep de fevereiro de 2019
Dados ANS de setembro de 2018

Sumário

Apresentação	5
Editorial	6
Economia Brasileira.....	8
Mercado Segurador.....	15
Resumo Estatístico.....	18
Glossário.....	23

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a

autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg

Após um primeiro mês positivo, fevereiro de 2019 confirma o melhor desempenho do mercado de seguros em comparação a 2018. No bimestre, a arrecadação, sem DPVAT, já avança 12,7% sobre o mesmo período do ano passado. Todos os ramos de seguros observaram crescimento, com destaque para os Planos de Acumulação VGBL, que recuperaram 17,8% nos dois meses. Na série de dados de 12 meses móveis, que mostra a tendência de comportamento do mercado, a inclusão de fevereiro já leva a acréscimo global de 2%.

Desconsiderando o DPVAT, com tarifa administrada, a arrecadação global do mercado sem Saúde Suplementar, em 12 meses até fevereiro, cresceu 2%, parecendo caminhar na direção de recuperação paulatina, depois de pequeno aumento na série observada até janeiro em sequência a quatro períodos de taxas negativas, as das séries de 12 meses móveis de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018.

O gráfico ao final apresenta o desempenho dos grandes segmentos dos seguros, em médias de 12 meses móveis, mostrando as suas contribuições para o resultado global do setor ao longo do período recente.

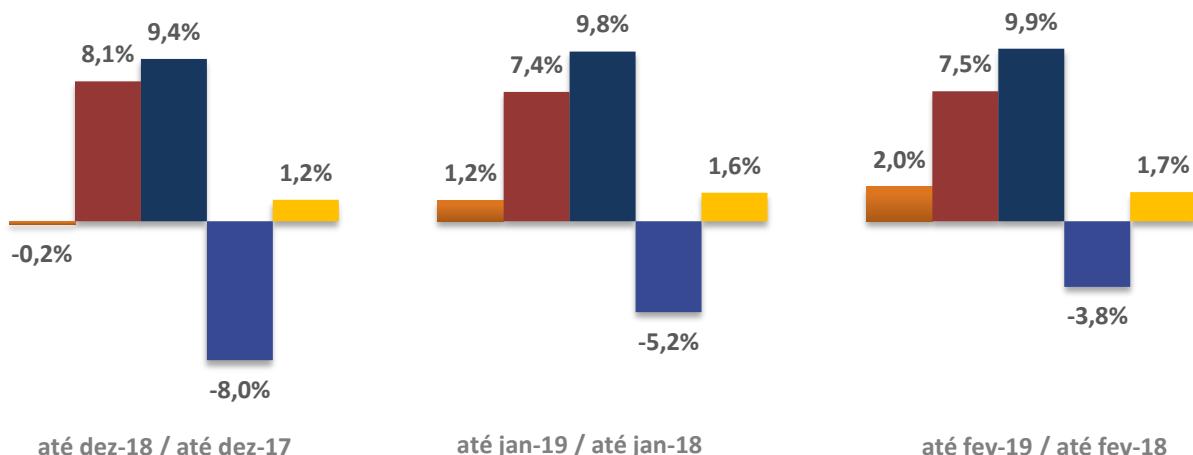
No bimestre, a arrecadação acumulou R\$ 39,4 bilhões (R\$ 40,1 bilhões com DPVAT). Com montante nominal alavancado pelo bom desempenho no período, os Planos de Acumulação PGBL e VGBL chegaram a R\$17,2 bilhões, correspondentes a 43% do total das receitas setoriais.

Na comparação do bimestre com o mesmo de 2018, as principais contribuições para o avanço global de 12,7% foram as dos seguros Patrimoniais (19,5%), dos Planos de Acumulação PGBL e VGBL e dos Planos de Vida Risco (ambos com 16,9%), do seguro Rural (13,1%), dos seguros de Crédito e Garantias (10%) e dos títulos de Capitalização (9,6%).

Já os seguros de Automóveis tiveram discreto aumento de arrecadação de 1,3% no bimestre.

Sobre o desempenho operacional, as Seguradoras mantiveram, em termos agregados, o mesmo índice de despesas administrativas observado em 2018, da ordem de 7,3% dos prêmios diretos, enquanto as Sociedades de Capitalização melhoraram o índice, que passou de 3,6% para 3,3%. Já as despesas comerciais do conjunto das Seguradoras aumentaram como proporção dos prêmios diretos, de 24,4% para 25%.

Variação Nominal da Arrecadação - 12 meses móveis



■ Setor Segurador (sem DPVAT e Saúde)

- **Danos e Responsabilidades (sem DPVAT)**
- **Cobertura de Pessoas - Planos de Risco**
- **Cobertura de Pessoas - Planos de Acumulação**
- **Capitalização**

Notas:

- 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal.
- 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
- 3) Os dados de janeiro/2019 de "Sinistros, Indenizações, Sorteios, Resgates e Benefícios" não contemplam benefícios pagos de PGBL, benefícios pagos de Planos Tradicionais e sorteios e resgates de Capitalização devido à descontinuidade do Quadro 14 do FIP pela SUSEP.

Economia Brasileira

Análise Conjuntural

Nas últimas semanas, vêm sendo divulgados os primeiros indicadores econômicos relativos ao mês de março. Com isso, torna-se possível traçar, mesmo que prematuramente, um retrato do que foi o primeiro trimestre para a economia brasileira e para o novo governo.

É certo dizer que as previsões mais otimistas não se concretizaram, ao menos não neste início de ano. Além de os indicadores de atividade continuarem a revelar que a economia cresce em ritmo lento, no último mês houve um aumento significativo do ruído na política, com efeitos negativos sobre a confiança na recuperação da economia e sobre o andamento da reforma da Previdência. A reforma centraliza os debates e as análises não apenas porque é condição fundamental e necessária – ainda que não suficiente – para o reequilíbrio das contas públicas, mas também porque se tornou uma espécie de “termômetro” do sucesso e da capacidade de negociação política do governo, ainda que, como veremos mais adiante, a agenda econômica pró-mercado da atual equipe econômica seja muito mais ampla.

A recepção da proposta da reforma dos militares, condição exigida pelos parlamentares para que o texto principal da reforma da Previdência andasse no Congresso, foi negativa. A decepção se deu por conta da economia total projetada para a categoria. Apesar de as mudanças propostas representarem alívio de quase R\$ 100 bilhões em dez anos, o Ministério da Economia apresentou concomitantemente um projeto de reestruturação das carreiras dos militares que deve custar quase R\$ 90 bilhões no mesmo período – assim, a economia líquida atribuída a esse grupo seria de cerca de

R\$ 10 bilhões em dez anos, muito menos que esperavam o mercado e os analistas.

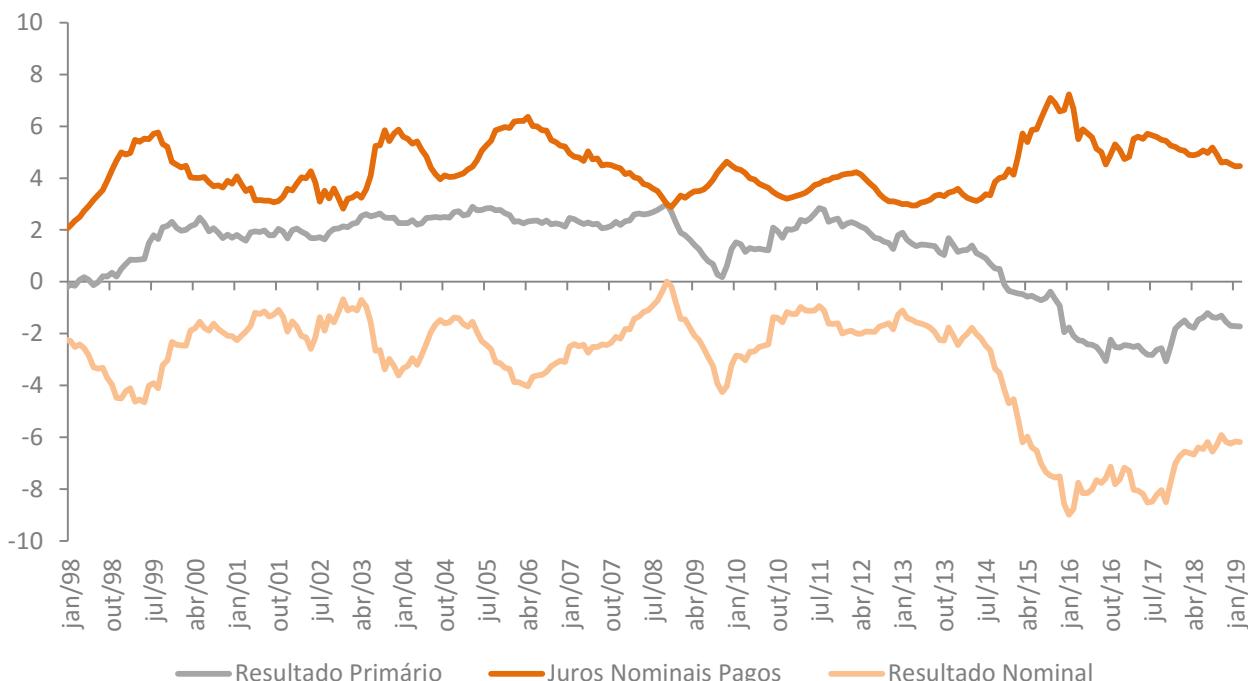
O mau humor ficou explícito na desvalorização do Real e na queda da Bolsa nos dias que se seguiram. Ainda que parte desse movimento possa ser atribuído ao cenário externo – em que diversas moedas perderam valor em relação ao dólar após a turbulência causada pela inversão da curva de juros americanos –, uma análise conjunta da evolução de diversas taxas de câmbio nas últimas semanas mostra que o Real sofreu mais, chegando a um pico de R\$/US\$ 3,97 na última semana de março. O ambiente se deteriorou, e a volatilidade dos mercados se intensificou com as trocas de acusações entre o Presidente da República e o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, acerca do protagonismo nas negociações da reforma.

Entretanto, nos últimos dias, sinalizações positivas atenuaram o cenário político mais adverso e trouxeram algum alívio. Bolsonaro, em busca de apoio, se reuniu com líderes de partidos que, juntos, representam uma bancada de 196 deputados. As reuniões, de maneira geral, foram positivas. Representantes dos partidos saíram delas dando declarações favoráveis à reforma da Previdência, mesmo que em tom cauteloso. Cessou ainda a troca de farpas entre o Presidente da República e o Presidente da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, esteve ao lado do Ministro da Economia em sua visita à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara para debater a proposta do governo para a reforma. Assim, a tensão entre Executivo e Legislativo diminuiu consideravelmente, acalmando os mercados. Nos últimos dias, apesar de ainda ser verificada grande volatilidade, o Real se valorizou, voltando às cercanias de R\$/US\$ 3,85.

Enquanto isso, os dados mais recentes mostram o quanto a situação fiscal do País ainda é frágil, mesmo que os resultados de fevereiro tenham sido relativamente bons (o déficit primário do setor público consolidado¹ foi o menor para esse mês desde 2015). A dívida pública bruta subiu para 77,4% do PIB e a projeção dos analistas é de que continue a subir pelo menos até o ano que vem, mesmo em cenários de juros e inflação baixos e crescimento moderado do PIB. Fica cada vez mais claro que a reversão da deterioração que as contas públicas sofreram no momento seguinte à recuperação da crise financeira internacional de 2008/09 e especialmente a partir de 2014 é um grande desafio.

O gráfico abaixo mostra que o resultado nominal do Governo Central, que inclui o resultado primário e os gastos com serviço da dívida pública, vinha se recuperando desde meados de 2017, por conta da diminuição do déficit primário somado à redução da conta de juros, que acompanha os cortes da taxa Selic. Entretanto, mais recentemente, a queda registrada na conta de juros não tem sido suficiente para compensar novas reduções que o primário tem sofrido na margem, fazendo com que o déficit nominal, que vinha melhorando, se estabilizasse ao redor dos 6% do PIB.

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL
 (ac. em 12 meses como % do PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil

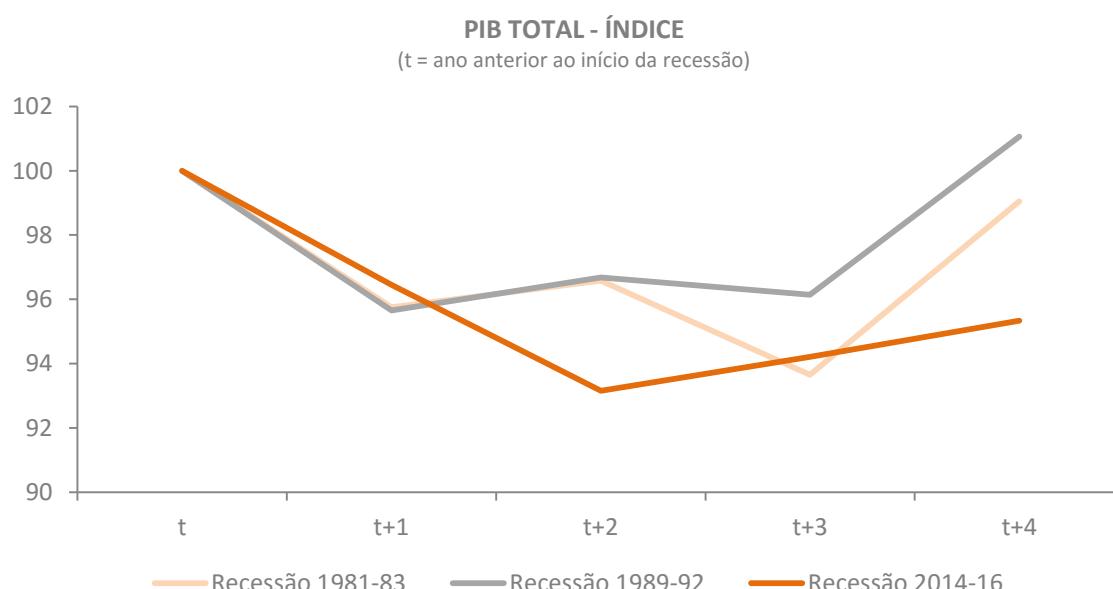
Nota: Resultado Nominal = Resultado Primário – Juros Nominais Pagos

¹ Reúne o Governo Federal, o Banco Central, as contas dos estados e municípios e de estatais não-financeiras (exceto Petrobras e Eletrobras).

Além disso, o que está no denominador da razão em questão, o Produto Interno Bruto, também não tem contribuído para sua redução. Estamos vivendo um episódio especialmente fraco de recuperação após uma recessão, como mostra o gráfico abaixo. Considerando os três últimos episódios de recessão da economia brasileira com duração superior a dois anos (oito trimestres) segundo avaliação do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos² (CODACE), a mais recente, de 2014 até 2016 é, de longe, a de mais lenta recuperação. Em relação ao valor mais alto atingido pelo nível de atividade antes de a recessão começar, o PIB, quatro anos depois, se encontra ainda em nível 5% inferior. Na recessão de 1981-1983, quatro anos depois, o PIB estava em nível 1% mais baixo enquanto na recessão de 1989-1992, depois de igual período, o PIB já se encontrava em nível 1% superior.

Com isso, a confiança na economia, que experimentou alta relevante após o fim do ciclo eleitoral, reverteu em grande parte. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da FGV, após queda de 0,5 pontos em fevereiro, apontou nova queda em março, caindo 5,1 pontos, o que o coloca no patamar mais baixo desde outubro de 2018, indicando que, como havíamos apontado em análises de edições

anteriores da Conjuntura CNseg, o ritmo persistentemente lento de recuperação do nível de atividade e do emprego, além da ausência de boas notícias quanto ao andamento da agenda de reformas, limitaria o aumento da confiança na economia. Dados da PNAD contínua para o trimestre móvel encerrado em fevereiro mostraram que a taxa de desocupação permanece alta, a subutilização da força de trabalho cresceu e a renda real do trabalho está estagnada. Tais dados, entretanto, continuam a contrastar com os do CAGED, que registrou a criação líquida de 173 mil postos formais de trabalho, no melhor fevereiro para esse registro em cinco anos. Vale notar, porém, que o dado favorável de fevereiro para o emprego formal do CAGED também parece ter sido observado, ainda que em menor grau, na PNAD, diminuindo um pouco a divergência entre as duas fontes de informação.



Fonte: IPEADATA e CODACE-FGV

² Comitê organizado pelo IBRE-FGV, composto por economistas de diversas instituições, que tem como finalidade estabelecer cronologias de referência para os ciclos econômicos brasileiros.

Os indicadores do Comércio e dos Serviços também exibem uma economia que se recupera de forma ainda muito gradual, assim como os dados da indústria, divulgados recentemente pelo IBGE na Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) de fevereiro, que cresceu 0,7% frente a janeiro, após ter apresentado queda de 0,7% no mês anterior. Já em relação a fevereiro de 2018, a indústria cresceu 2,0%, interrompendo três meses consecutivos de taxas negativas. No entanto, é preciso analisar tal número com cautela, já que, com o feriado de Carnaval em março, fevereiro deste ano teve mais dias úteis que no ano passado. No acumulado do ano, há queda de 0,3% e, em 12 meses, expansão de apenas 0,5%, métrica que está em desaceleração desde julho de 2018.

Em relação ao cenário externo, tudo indica que consolidou-se o cenário apresentado nas últimas edições desta publicação, o de alteração do risco: Por um lado, diminuiu o risco associado à normalização da política monetária e ao aumento dos juros básicos nas economias centrais, mas, por outro, intensificaram-se os riscos associados à desaceleração da economia mundial, com perspectiva de crescimento mais lento na China e na Europa, a possibilidade de uma recessão nos EUA e o agravamento de diversos riscos políticos, como uma saída desorganizada do Reino Unido da União Europeia, risco que se intensifica a cada adiamento da data-limite para a separação (recentemente postergada para 31 de outubro).

A decisão do Fed (*Federal Reserve*) pela manutenção dos juros básicos americanos entre 2,25% e 2,50%, na última reunião do Fomc (*Federal Open Market Committee*), era esperada. As projeções divulgadas e seus comunicados, porém, mexeram com os mercados. Em primeiro lugar, foi reduzida a projeção para o crescimento da economia americana este ano, de 2,3% para 2,1%. Também foi revista a trajetória de juros, de duas altas em 2019 e uma alta em 2020 para apenas uma alta em 2020. O que mais mexeu com o mercado, entretanto, foi o comunicado de antecipação do fim da política de redução do balanço do Fed, de dezembro para setembro. Isto é, a autoridade

monetária americana deixará de retirar dólares do mercado mais cedo vendendo ativos que estão hoje em seu poder, o que indica política expansionista.

No dia 22 de março, uma sexta-feira, a curva de juros americana se inverteu, com os juros pagos pelos títulos de 10 anos ficando em patamar inferior aos de 3 meses. Os mercados financeiros de todo o mundo reagiram mal, por este ser um indicador antecedente forte de recessão nos EUA. Entretanto, há razões para crer que podemos estar diante de um alarme falso (que têm sido raros, mas já ocorreram antes). A inversão da curva de juros pode estar indicando apenas uma desaceleração da economia americana. Se isso levar a uma elevação menor ou estabilidade dos *Fed Funds*, uma janela de oportunidade pode se abrir para países emergentes, como o Brasil.

Na China, o governo mostrou que sua disposição para evitar uma desaceleração mais abrupta da economia não estava apenas no discurso. Após crescer 6,6% em 2018 – taxa de crescimento mais baixa desde 1990 –, Pequim anunciou, no começo de março, cortes de impostos de cerca de US\$ 300 bilhões para estimular a segunda maior economia do mundo. Isso também pode ser um fator favorável nos próximos meses, sinalizando a possibilidade de um segundo semestre mais positivo no cenário externo. Tal percepção também está presente na última edição do WEO³ (*World Economic Outlook*) do FMI, segundo o qual, após um início de ano fraco, a economia mundial deve ganhar tração no segundo semestre.

Apesar do mês difícil que passou, há razões para manter um otimismo moderado. Além da melhora marginal no ambiente político, torna-se cada vez mais provável um cenário em que, mesmo que a reforma da Previdência aprovada não proporcione a economia esperada anteriormente pelo mercado, ela, somada a outras medidas favoráveis ao mercado que estão na agenda econômica do governo, como o Simplifica, o Emprega Mais, o Brasil 4.0 e o Pró-Mercados têm potencial para estimular o crescimento e recuperar a confiança dos agentes na economia.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 08/04/2019)

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				05/04/19	29/03/19	08/03/19	04/01/19	04/01/19
4	PIB	1,12%	1,12%	1,97%	1,98%	2,28%	2,53%	2,53%
2	Produção Industrial (quantum)	-0,31%	0,50%	2,50%	2,50%	2,80%	3,04%	3,04%
4	PIB Indústria	0,56%	0,56%	2,09%	2,11%	2,73%	2,80%	2,80%
4	PIB de Serviços	1,30%	1,30%	2,04%	2,06%	2,37%	2,20%	2,20%
4	PIB Agropecuário	0,10%	0,10%	2,00%	2,28%	2,46%	2,57%	2,57%
2	IPCA	0,75%	3,89%	3,90%	3,89%	3,87%	4,01%	4,01%
1	IGP-M	2,16%	8,28%	5,29%	5,24%	4,50%	4,30%	4,30%
1	SELIC	6,40%	6,40%	6,50%	6,50%	6,50%	7,00%	7,00%
1	Câmbio	3,90	3,90	3,70	3,70	3,70	3,80	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,44%	54,44%	56,20%	56,20%	56,25%	56,70%	56,70%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-7,68	-13,85	-26,00	-26,25	-26,90	-26,00	-26,00
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	4,79	53,32	50,28	50,25	51,00	52,00	52,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	14,27	89,51	81,89	81,89	80,00	79,50	79,50
2	Preços Administrados	0,34%	5,75%	5,05%	5,00%	4,92%	4,79%	4,79%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 08/04/2019

Notas: 1- dados até março/19; 2- dados até fevereiro/19; 4 - dados até dezembro/18

*Vide nota de referência de período.

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				05/04/19	29/03/19	08/03/19	04/01/19	04/01/19
4	PIB	1,12%	1,12%	2,70%	2,75%	2,80%	2,50%	2,50%
2	Produção Industrial (quantum)	-0,31%	0,50%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
4	PIB Indústria	0,56%	0,56%	3,00%	3,00%	3,00%	3,08%	3,08%
4	PIB de Serviços	1,30%	1,30%	2,50%	2,50%	2,75%	2,55%	2,55%
4	PIB Agropecuário	0,10%	0,10%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
2	IPCA	0,75%	3,89%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
1	IGP-M	2,16%	8,28%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
1	SELIC	6,40%	6,40%	7,50%	7,50%	8,00%	8,00%	8,00%
1	Câmbio	3,90	3,90	3,75	3,75	3,75	3,80	3,80
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,44%	54,44%	58,50%	58,20%	58,40%	58,65%	58,65%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-7,68	-13,85	-36,00	-36,00	-36,35	-38,00	-38,00
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	4,79	53,32	46,01	46,65	48,94	47,25	47,25
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	14,27	89,51	83,38	83,38	82,52	84,44	84,44
2	Preços Administrados	0,34%	5,75%	4,35%	4,30%	4,30%	4,00%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 08/04/2019

Notas: 1- dados até março/19; 2- dados até fevereiro/19; 4 - dados até dezembro/18

*Vide nota de referência de período.

Após termos destacado uma “transferência” de projeção de crescimento do PIB de 2019 para 2020, como mostramos neste espaço no mês passado, com a projeção mediana para o crescimento do PIB em 2019 apresentando queda enquanto a projeção para 2020 subia, nas últimas quatro semanas, o cenário mudou significativamente.

O mês foi, de maneira geral, negativo para as expectativas econômicas, fato coerente com a conjuntura descrita na seção anterior, com a política adicionando volatilidade aos mercados, que já vinham sendo impactados pelas as incertezas do cenário externo.

Verificou-se ligeiro aumento nas projeções de inflação, ainda que estas permaneçam bem comportadas, abaixo ou sobre o centro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional no contexto do regime de metas para a inflação. No entanto, houve reduções consideráveis na projeção de crescimento do PIB, tanto para este ano quanto para o próximo. Desde o último mês, a projeção para 2019 foi reduzida de 2,28% para 1,97%. Já para o ano que vem, a redução foi de 2,80% para 2,70%.

Quanto à inflação medida pelo IPCA, nas últimas quatro semanas, houve aumento na projeção mediana de 3,87% para 3,90% em 2019 e estabilidade em 4,00% para 2020. Já a projeção para inflação em 2019 medida pelo IGP-M, mais influenciada pelos movimentos da taxa de câmbio, subiu de 4,50% há um mês para 5,29% na data de referência desta publicação. Para 2020, a projeção mediana permaneceu em 4,00%. É possível que tenha havido influência da inflação registrada pelo IGP-M e pelo IPCA-15 em março, um pouco mais fortes por conta de uma pressão maior dos alimentos, dos combustíveis e do câmbio, mas que deve se moderar quando o pico mensal registrado em junho do ano passado por conta da paralisação dos caminhoneiros for retirado do cálculo.

A projeção para a taxa de câmbio ao final deste ano, apesar da depreciação sofrida pelo Real, manteve-se em R\$/US\$ 3,70 na data de referência desta análise. Para 2020, a projeção mediana também estava estável em relação à projeção de um mês atrás, em R\$/US\$ 3,75. É importante frisar, entretanto, que os analistas tendem a

mover suas expectativas para o câmbio mais lentamente do que o fazem para outros preços e indicadores da economia, por ser essa uma variável particularmente difícil de projetar.

Com expectativas de inflação ainda baixas para o ano corrente e ancoradas nas metas em todo horizonte projetado, a projeção mediana para a taxa básica de juros, a Selic, ao final deste ano, permanece estável em 6,50% há várias semanas. O comunicado divulgado após a última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), na interpretação do mercado, alterou o viés dos juros para o ano que vem de “assimétrico para alta” para “simétrico”. Tal mudança deve ter afetado a projeção mediana para a Selic ao final do ano que vem, que foi novamente reduzida: de 8,00% para 7,50% nas últimas quatro semanas, diante dos sinais persistentes de fraqueza da economia e do bom comportamento da inflação.

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

O setor segurador (sem Saúde) registrou, em fevereiro, um volume de R\$ 19,6 bilhões em prêmios de seguro, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, o que representa um crescimento de 11,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Quando se retiram da conta os prêmios do seguro DPVAT¹, que sofreu nova redução tarifária em observância à regulação deste ano, o crescimento da arrecadação pela mesma métrica é de 13,1%. Tal resultado, somado ao desempenho também favorável registrado em janeiro, levou a arrecadação do setor segurador (sem Saúde e excluindo o DPVAT) a registrar crescimento de 12,7% no primeiro bimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano passado. Considerando a inflação média no mesmo período (medida pelo IPCA), o crescimento real da arrecadação é de robustos 8,5%.

O ano pode ter começado fraco para a economia como um todo, como tratamos na Análise Conjuntural desta publicação. No entanto, o crescimento da arrecadação do setor segurador parece descolado daquele da economia no mesmo período. Isso ocorre apesar de: i) o desempenho da economia; e ii) de grande parte dos produtos de seguros apresentarem forte aderência à economia no longo prazo, como enfatizamos em análises anteriores. Tal comportamento resiliente é reflexo, principalmente, do bom desempenho do segmento de Coberturas de Pessoas, que cresceu 15,4% em relação a fevereiro do ano passado e 16,5% no acumulado do ano.

O segmento de Capitalização também apresenta resultado positivo no período, com crescimento de 9,3% contra o mesmo mês de 2018 e 9,6% no acumulado do ano. Os seguros de Danos e Responsabilidades (sem DPVAT), que apresentaram crescimento mais modesto em janeiro (3,1% sobre o mesmo mês do ano anterior), voltaram a crescer com mais força em fevereiro, registrando variação de 9,3% contra o mesmo mês de 2018.

Há significativa heterogeneidade no desempenho de coberturas e serviços ofertados pelo setor, mesmo dentro de um mesmo segmento. Portanto, a seguir, foi feita análise do desempenho destacado de alguns grupos de produtos.

Em Coberturas de Pessoas – Planos de Risco, na segregação por tipo de comercialização, verificou-se expansão robusta tanto nos planos coletivos quanto nos individuais. A arrecadação dos produtos coletivos registrou aumento de 16,5% no acumulado até fevereiro em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto os produtos de comercialização individual mantiveram o crescimento de dois dígitos verificado desde meados do ano passado e, assim, o acumulado do ano chegou a 18,2%, revelando uma crescente demanda da sociedade por proteção e segurança. Com isso, o grupo fechou os primeiros dois meses do ano com variação de 16,9% em relação ao mesmo período de 2018.

¹ Segundo a Resolução CNSP nº 371/2018, o seguro DPVAT teve reduções entre 56% e 79% no prêmio tarifário para o exercício de 2019 em todas as categorias (com exceção à categoria “motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares”).

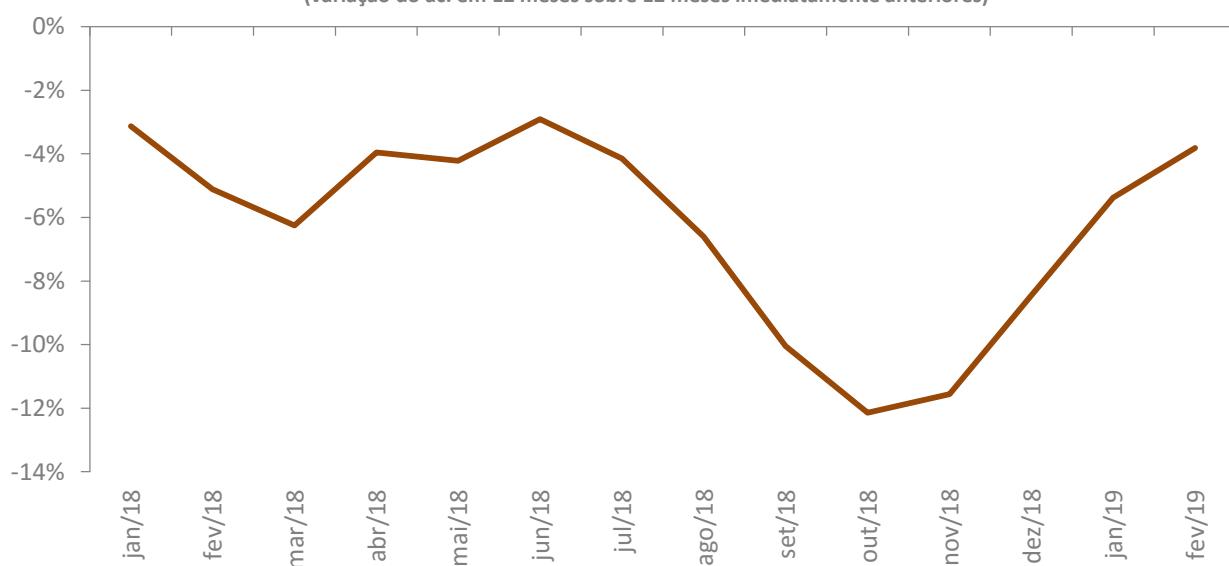
Na segregação por tipo de produto, no acumulado até fevereiro, o seguro de Vida (maior carteira de Planos de Risco) registrou crescimento de 11,9% em relação aos primeiros dois meses de 2019. O seguro Prestamista, produto com a segunda maior arrecadação do grupo, continua a crescer com intensidade, registrando 29,3% no acumulado do ano. Dessa maneira, a participação do produto na arrecadação dos Planos de Risco (sem considerar os Planos Tradicionais) ultrapassou os 30%, representando, até fevereiro, 32,0% da arrecadação do grupo em 2019.

Em Coberturas de Pessoas – Planos de Acumulação, depois de um ano fraco para esse grupo, afetado pela volatilidade da economia e a fraqueza do mercado de trabalho, a arrecadação nos dois primeiros meses do ano indica desempenho favorável para os produtos de caráter previdenciário. O protagonismo continua com o produto VGBL, com crescimento de 17,8% no acumulado até

fevereiro em relação ao mesmo período do ano passado. O crescimento da arrecadação desse produto nos últimos meses já se evidencia nas métricas menos voláteis, como mostra o gráfico abaixo. Os produtos da família PGBL tiveram um mês também bastante favorável, com crescimento de 9,6% em relação a fevereiro do ano passado. Com isso, o resultado acumulado em 2019 é de 6,8%.

O papel central que a reforma da Previdência tem ocupado no debate das questões econômicas e sociais do País nos últimos meses pode estar estimulando a demanda por esse tipo de produto. Assim, o crescimento da arrecadação desse grupo (sem considerar os Planos Tradicionais) chegou a 16,9% no acumulado do ano até fevereiro.

ARRECADAÇÃO DO VGBL
 (variação do ac. em 12 meses sobre 12 meses imediatamente anteriores)



Fonte: SES-Susep

O segmento de Capitalização, confirmando as boas expectativas fomentadas pelo novo marco regulatório do segmento, apresenta crescimento de 9,6% no acumulado do ano até fevereiro. Aos poucos, os resultados mais favoráveis na margem vão se refletindo nas métricas menos voláteis: no acumulado de 12 meses, a arrecadação do segmento apresenta crescimento de 1,7% em relação ano anterior.

Os seguros de Danos e Responsabilidades tiveram um mês mais favorável, após um início de ano de crescimento mais modesto. O seguro Automóvel, maior produto do segmento, depois de apresentar queda de 1,5% na arrecadação em janeiro em relação ao mesmo mês do ano passado, voltou a terreno positivo e, pela mesma métrica, cresceu 4,5% em fevereiro. Dessa maneira, o crescimento acumulado no ano chegou a 1,3%. O resultado do mês, entretanto, ainda não foi suficiente para reverter a tendência de desaceleração da arrecadação do produto no acumulado de 12 meses, que ocorre desde maio de 2018: de 4,7% em janeiro, passou para 4,2% em fevereiro de 2019.

Já o segundo produto de maior peso na carteira, o Patrimonial, manteve o crescimento interanual de dois dígitos registrado desde novembro de 2018, e cresceu robustos 26,6% em relação a fevereiro do ano passado. No acumulado do ano, o crescimento é de 19,5%, devido, principalmente, ao bom desempenho dos produtos Massificados (14,5%) e Grandes Riscos (35,0%) que, apesar da grande volatilidade histórica, apresentam crescimento interanual de dois dígitos também desde novembro do ano passado.

Há que se destacar também a variação em fevereiro dos produtos de Responsabilidade Civil, que cresceram 41,7%

na comparação contra igual mês do ano passado. Por outro lado, os seguros de Transportes, após meses de desempenho favorável, como reflexo da implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), tiveram um mês fraco, com queda de 7,5% em relação a fevereiro do ano passado. O resultado, entretanto, não foi suficiente para reverter o bom desempenho de janeiro e, assim, o acumulado no ano ainda apresenta crescimento de 4,1%.

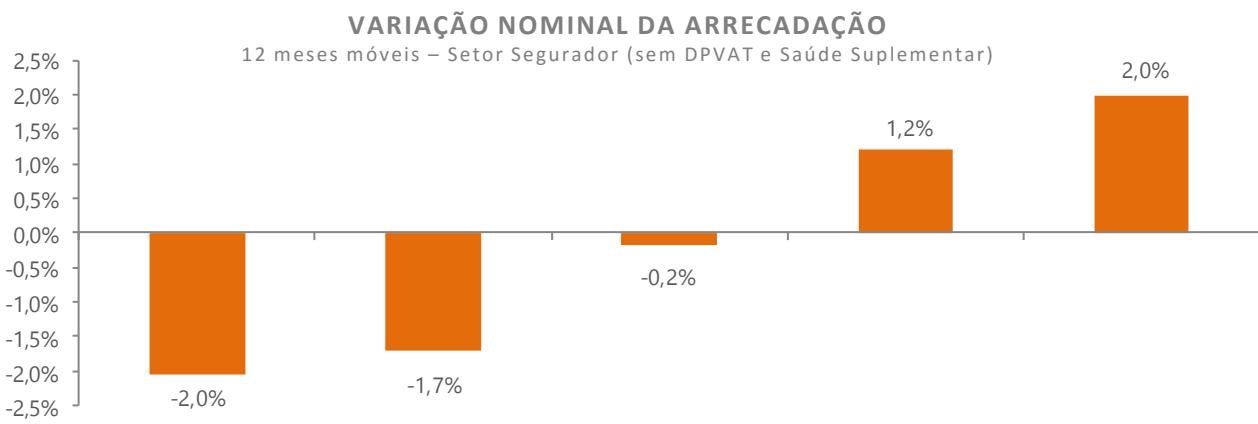
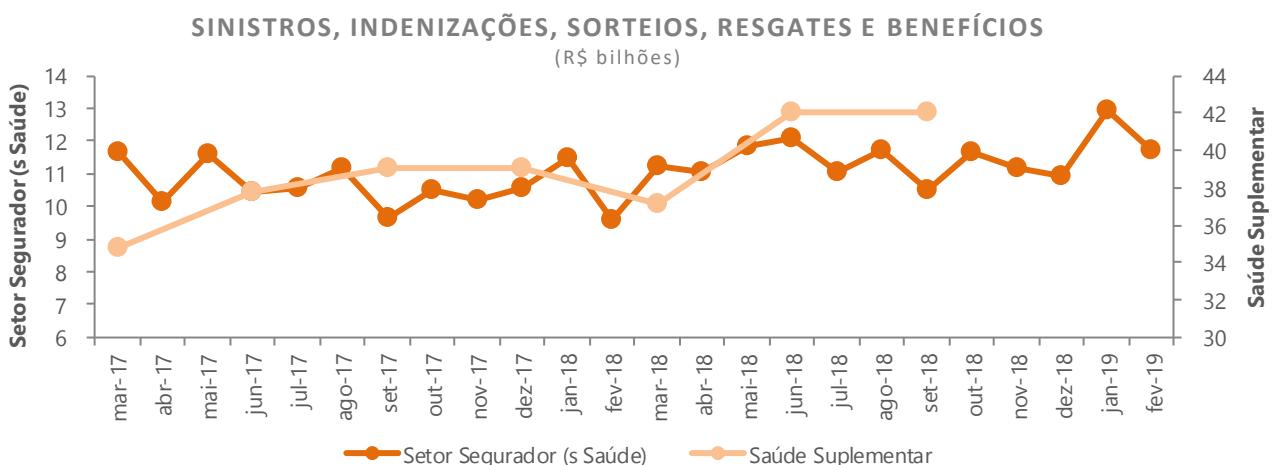
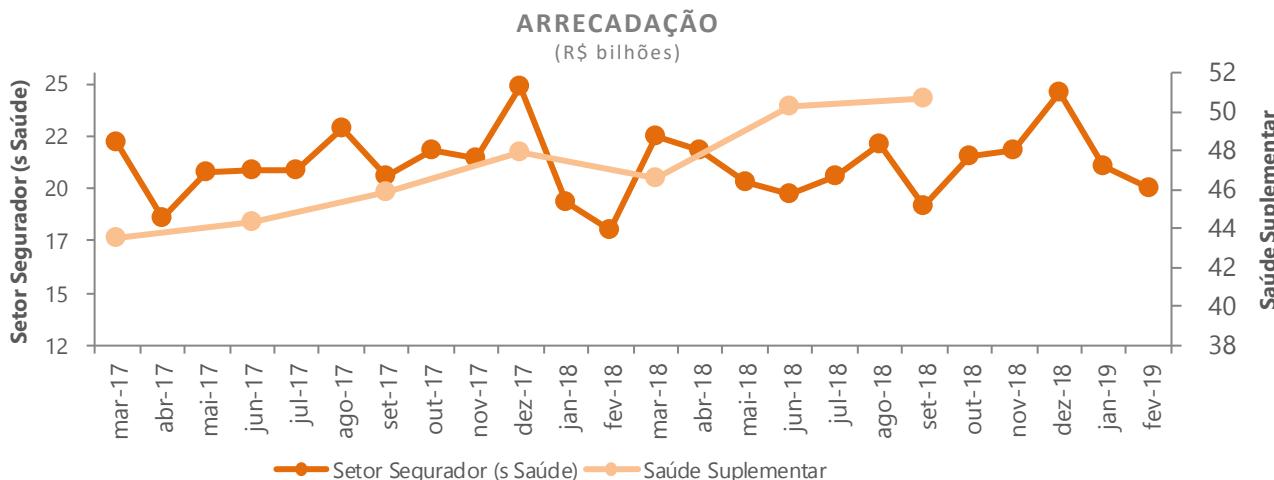
Com desempenho na casa ou acima de dois dígitos na comparação interanual em fevereiro, destacam-se também os produtos Crédito e Garantia (13,2%), Garantia Estendida (12,1%) e Marítimos e Aeronáuticos (206,7%).

O seguro Rural, depois de um mês de janeiro fraco (-1,6% em relação ao mesmo mês do ano passado), fechou fevereiro com a arrecadação em crescimento de 32,1% na mesma métrica, aproximando-se da expectativa de bom desempenho no ano, dado o aumento da aversão ao risco provocado pelos eventos climáticos extremos que se tornam cada vez mais comuns e a intenção, por parte do governo, de aumento da subvenção. Tais eventos, a propósito, podem estar ligados a um aumento significativo dos sinistros verificado em algumas operações no início deste ano, como o próprio Rural e algumas linhas do seguro Patrimonial.

Em fevereiro deste ano, segundo dados da Sala de Situação da ANS, o segmento de Saúde Suplementar detinha 71,8 milhões de beneficiários, resultado do crescimento de 0,5% do número de vínculos em planos de assistência médica e de 6,4% de vínculos em planos exclusivamente odontológicos, ambos em relação a fevereiro do ano passado.

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 02/04/19)

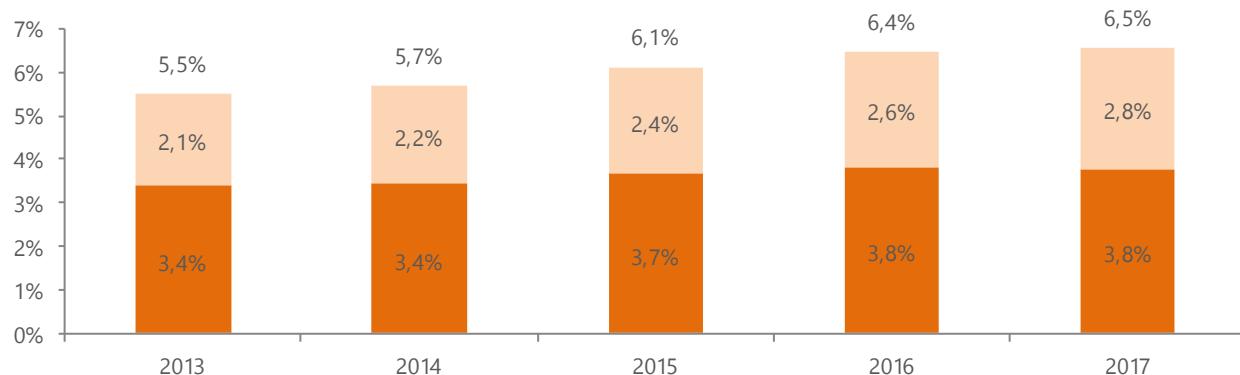


Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.

Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação						
(em milhões R\$)						
Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até fevereiro		Variação %	fevereiro	fevereiro	Variação %
	2018	2019		2018	2019	
1 Danos e Responsabilidades (s DPVAT)	10.574,00	11.205,12	5,97%	4.881,30	5.333,70	9,27%
1.1 Automóvel	5.578,83	5.652,33	1,32%	2.585,82	2.703,17	4,54%
1.11 Acidentes Pessoais de Passageiros	98,75	98,79	0,04%	46,27	46,90	1,38%
1.12 Casco	3.884,07	3.889,59	0,14%	1.804,81	1.862,36	3,19%
1.13 Responsabilidade Civil Facultativa	1.207,12	1.225,07	1,49%	553,62	581,88	5,10%
1.14 Outros	388,90	438,89	12,85%	181,12	212,03	17,07%
1.3 Patrimonial	1.708,83	2.041,49	19,47%	744,00	941,82	26,59%
13.1 Massificados	1.346,19	1.540,84	14,46%	611,45	730,54	19,48%
13.11 Compreensivo Residencial	469,27	507,20	8,08%	219,94	249,47	13,43%
13.12 Compreensivo Condominial	67,76	68,67	1,34%	31,16	33,61	7,89%
13.13 Compreensivo Empresarial	353,55	414,18	17,15%	155,70	197,25	26,69%
13.14 Outros	455,61	550,80	20,89%	204,66	250,20	22,25%
13.2 Grandes Riscos	333,93	450,82	35,00%	134,14	192,74	43,69%
13.3 Risco de Engenharia	28,70	49,83	73,60%	-1,59	18,54	-1265,58%
1.4 Habitacional	664,29	675,71	1,72%	327,19	336,31	2,79%
1.5 Transportes	490,45	510,41	4,07%	230,00	212,76	-7,49%
15.1 Embarcador Nacional	150,86	154,25	2,25%	76,79	60,86	-20,75%
15.2 Embarcador Internacional	80,36	83,11	3,42%	31,09	28,09	-9,65%
15.3 Transportador	259,23	273,05	5,33%	122,12	123,82	1,39%
1.6 Crédito e Garantia	534,34	587,73	9,99%	252,06	285,39	13,22%
1.7 Garantia Estendida	540,35	562,47	4,09%	232,19	260,39	12,14%
1.8 Responsabilidade Civil	256,72	359,04	39,85%	108,96	154,45	41,75%
18.1 Responsabilidade Civil D&O	50,14	77,97	55,50%	18,72	36,15	93,15%
18.2 Outros	206,59	281,07	36,06%	90,24	118,30	31,09%
1.9 Rural	500,83	566,52	13,12%	218,62	288,80	32,10%
1.10 Marítimos e Aeronáuticos	103,09	169,76	64,67%	37,63	115,41	206,71%
1.10.1 Marítimos	43,67	87,90	101,25%	16,17	60,25	272,69%
1.10.2 Aeronáuticos	59,42	81,86	37,77%	21,46	55,15	157,01%
1.11 Outros	196,27	79,65	-59,42%	144,82	35,20	-75,69%
2 Coberturas de Pessoas	21.137,26	24.627,08	16,51%	10.648,66	12.288,16	15,40%
2.1 Planos de Risco	5.736,19	6.705,38	16,90%	2.938,18	3.455,15	17,60%
2.11 Vida	2.260,59	2.529,81	11,91%	1.177,35	1.318,95	12,03%
2.12 Prestamista	1.661,52	2.148,98	29,34%	831,51	1.105,65	32,97%
2.13 Viagem	86,42	101,94	17,96%	40,88	54,08	32,27%
2.14 Outros	1.727,66	1.924,65	11,40%	888,43	976,48	9,91%
2.2 Planos de Acumulação	14.748,95	17.237,93	16,88%	7.394,43	8.500,28	14,96%
2.2.1 Família VGBL	13.445,84	15.845,81	17,85%	6.789,09	7.837,00	15,44%
2.2.2 Família PGBL	1.303,12	1.392,12	6,83%	605,34	663,28	9,57%
2.3 Planos Tradicionais	652,11	683,77	4,86%	316,05	332,73	5,28%
3 Capitalização	3.257,14	3.570,83	9,63%	1.533,63	1.675,50	9,25%
=1+2+3 Setor Segurador (s DPVAT)	34.968,39	39.403,03	12,68%	17.063,60	19.297,35	13,09%
4 DPVAT	1.414,77	733,89	-48,13%	500,29	257,23	-48,58%
=1+2+3+4 Setor Segurador	36.383,16	40.136,92	10,32%	17.563,88	19.554,59	11,33%

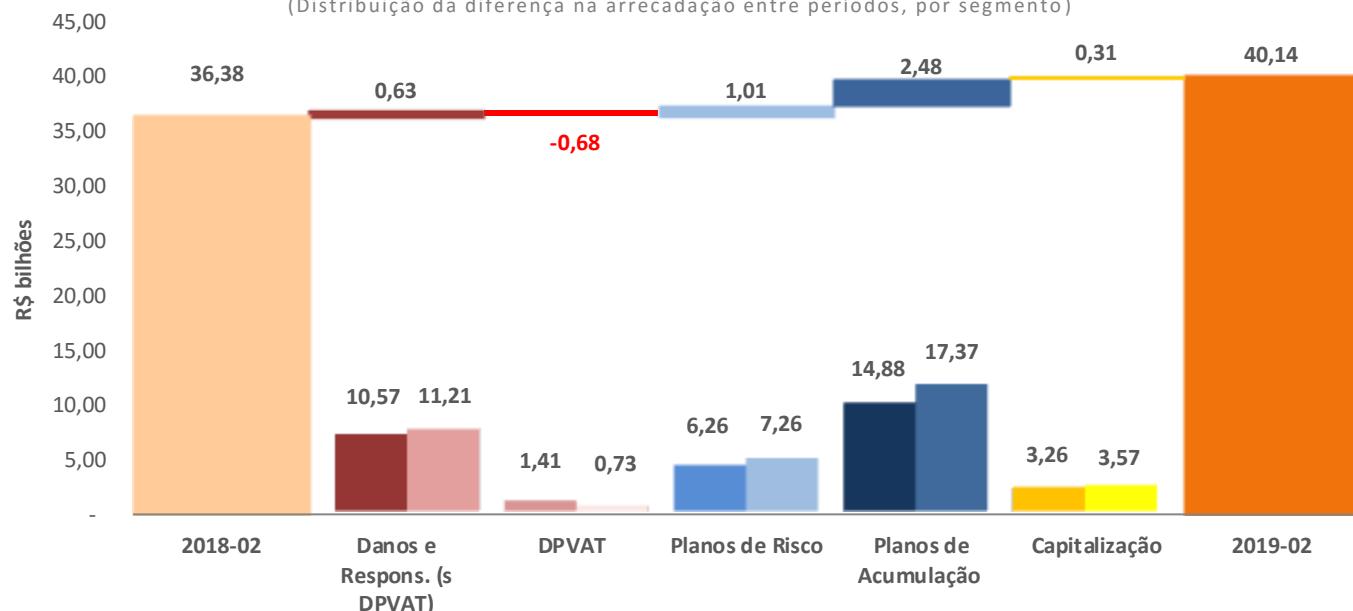
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
 Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB


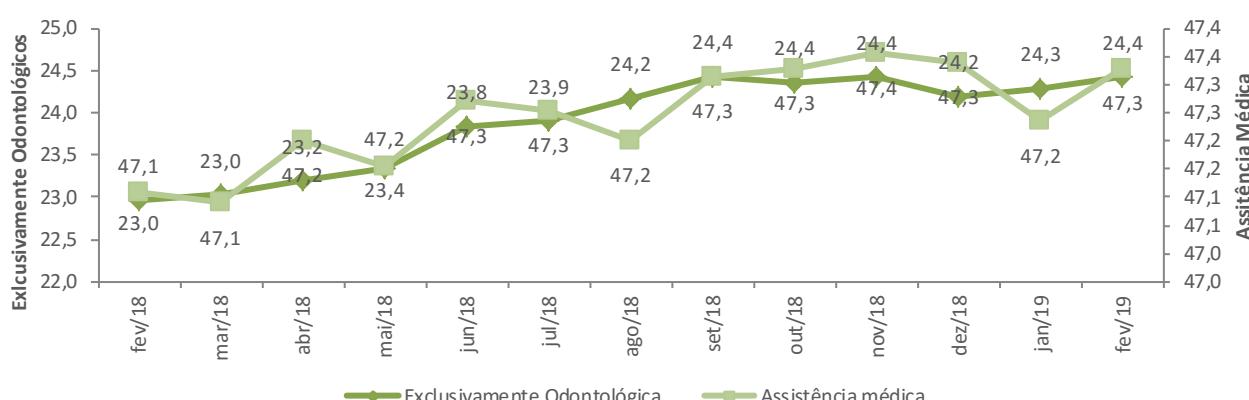
■ Penetração da Arrecadação no PIB - Setor Segurador (s Saúde) ■ Penetração da Arrecadação no PIB - Saúde Suplementar

DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

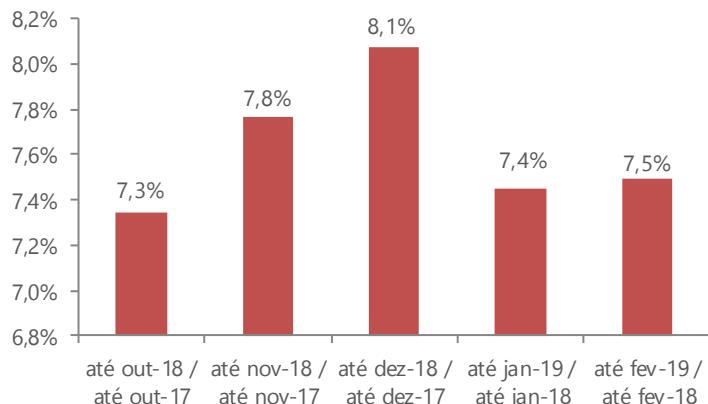
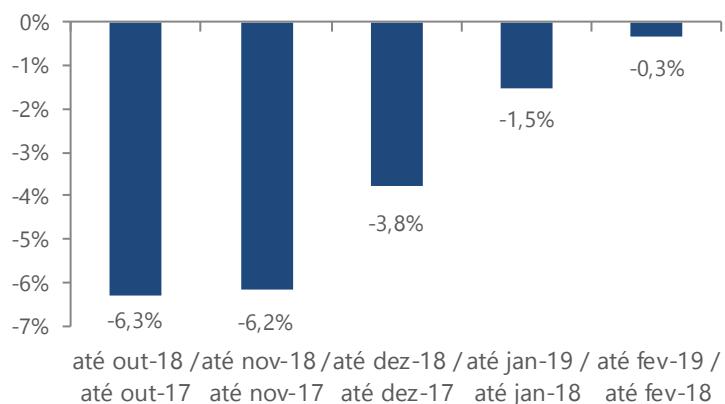
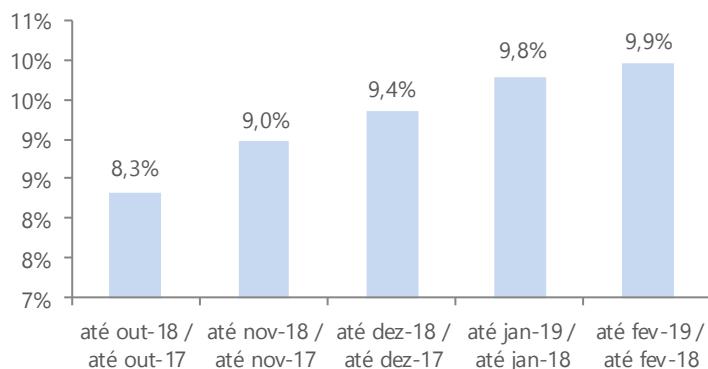
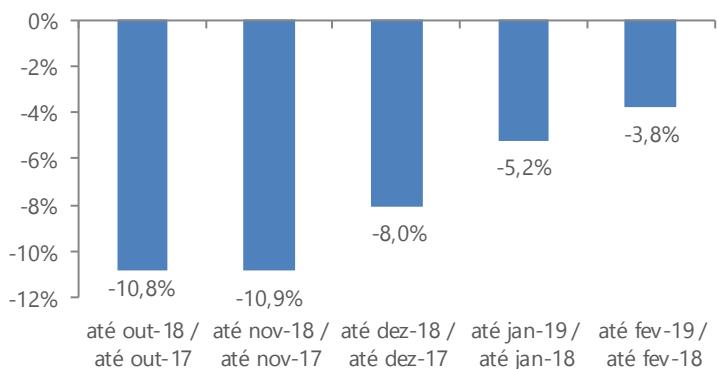
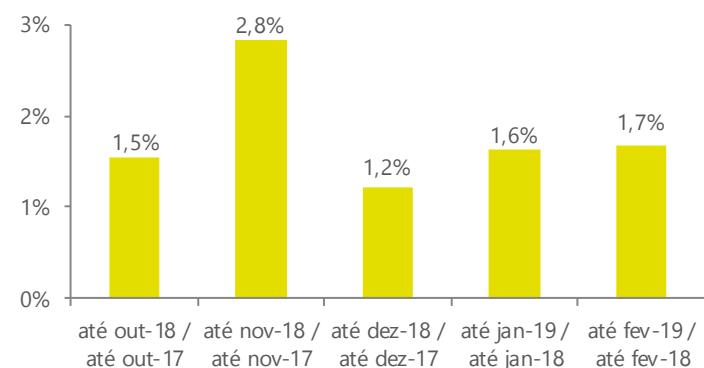
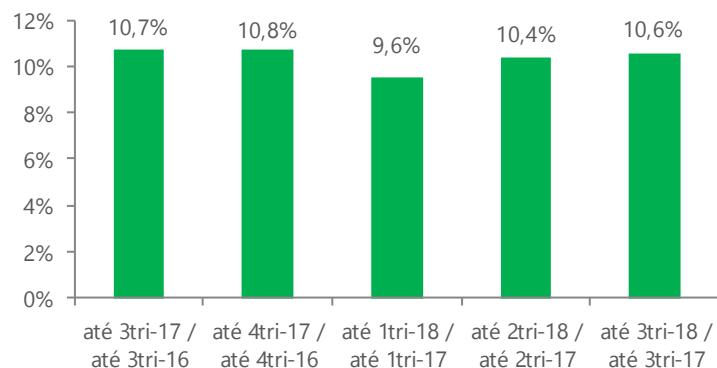
(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)


BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

(em milhões de usuários)

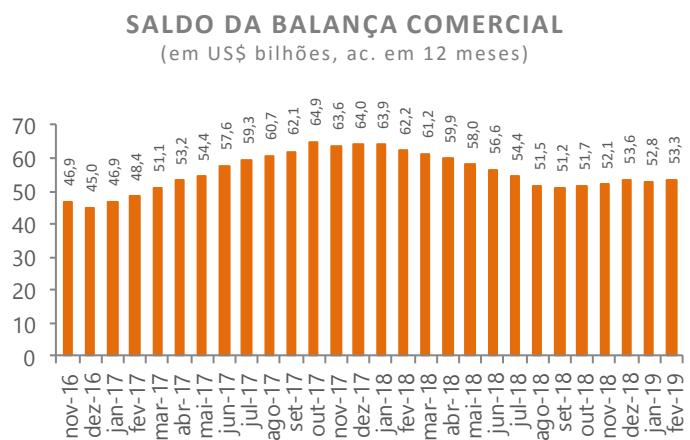
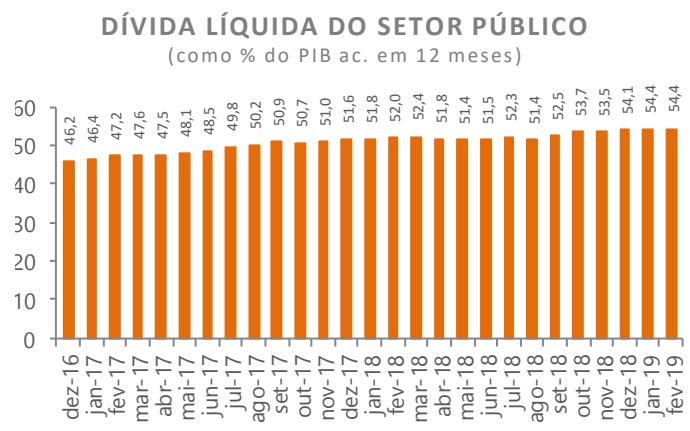
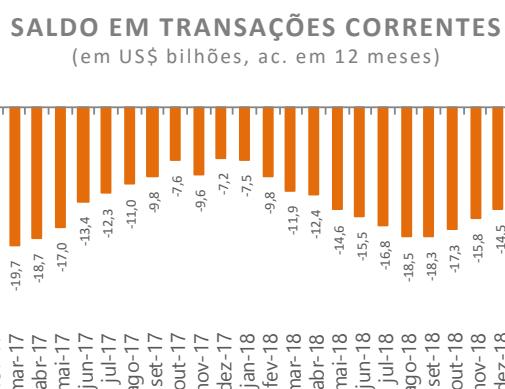
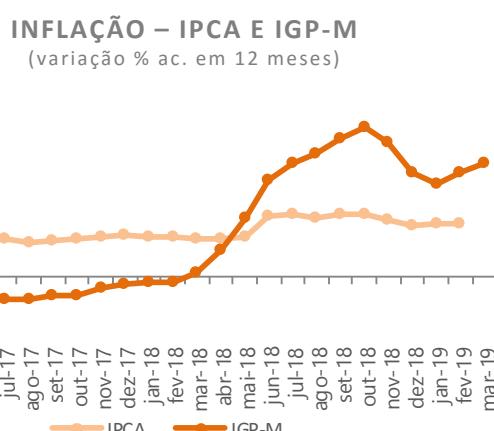
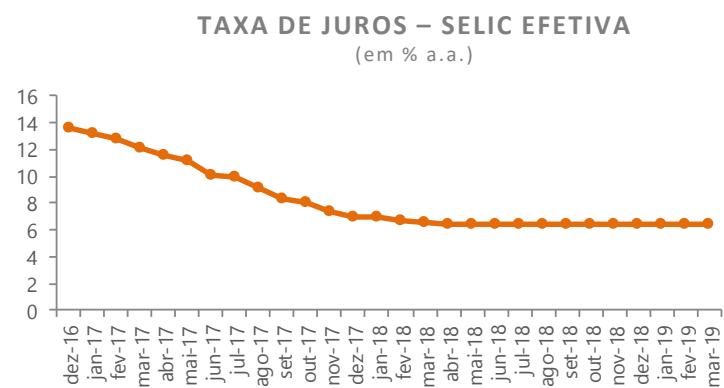
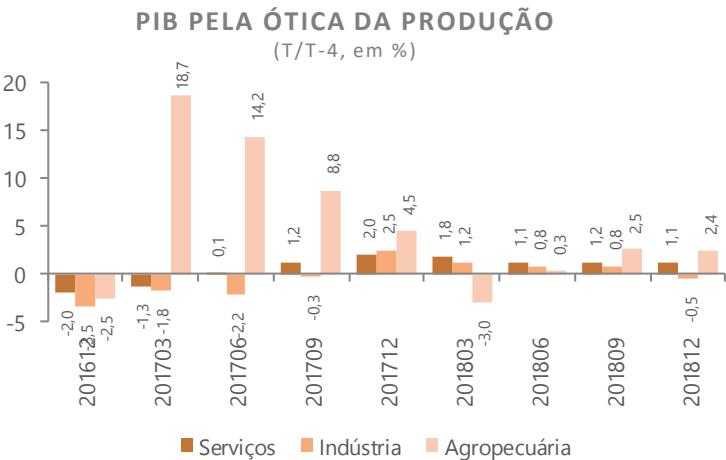
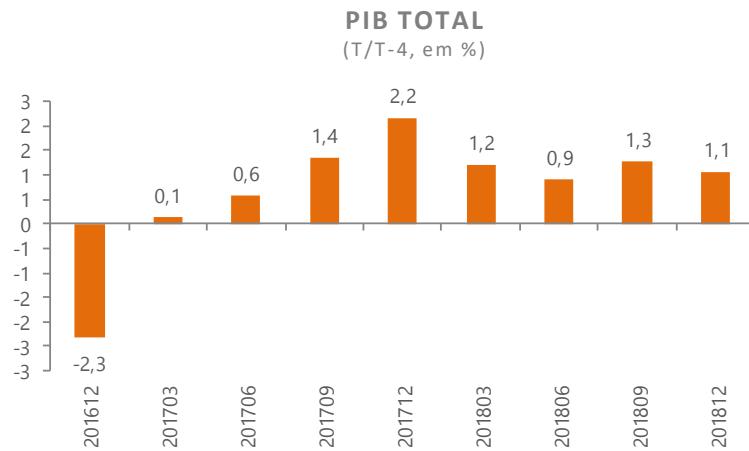


Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
 Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

**VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO
12 MESES MÓVEIS**
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)

Cobertura de Pessoas

Cobertura de Pessoas – Planos de Risco

Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação

Capitalização

Saúde Suplementar


Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.

Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 02/04/19)


Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e resarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplo calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de

agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Jayme Brasil Garfinkel
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrev)

Marcos Renato Coltri
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Antonio Mauricio Maurano
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Osvaldo do Nascimento
Itaú Vida e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 6 é uma publicação da Confederação das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Superintendência Executiva de Comunicação e Imprensa – SUECI
- Lauro Farias – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização